



Serviço Público Estadual
Processo E-04/079 /5769 //2016
Data: 25/10/16 Fls____
Rúbrica_____

**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**ASSUNTO: : RECURSO - OBRIGATORIEDADE DE DIFAL EM VENDAS POR OFICINA DE
MANUTENÇÃO ENQUADRADAS NO CONV. ICMS 75/91**

CONSULTA Nº 001/2017

I – RELATÓRIO

A empresa consulente vem recorrer da resposta anterior da Consulta, solicitando esclarecimentos adicionais relativo a obrigatoriedade ou não de recolhimento do FECF – Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais nas operações contempladas pelo disposto no Convênio ICMS 75/91.

II – ANÁLISE, FUNDAMENTAÇÃO E RESPOSTA

Reafirmamos que para mercadorias e/ou operações beneficiadas pelo Convênio ICMS 75/91, não haverá diferença entre as alíquotas interna e interestadual, e, portanto, não haverá o DIFAL. Como não haverá o DIFAL, não existe obrigatoriedade de pagamento do FECF.

CCJT, em de dezembro de 2016.